



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 00100/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00108 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Questionamentos acerca do cumprimento disposto no art. 3, inciso III, da Resolução COFEN 543/2017. Demanda adequadamente atendida. Provimento negado.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00100/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, mesmo não sendo uma demanda objeto da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), o órgão informou que "*Frente ao déficit de profissionais da instituição, a Gerência de Enfermagem utiliza plantões pagos e horas extras para cobertura das escadas*". Em recurso em grau de 1ª Instância, o ente enviou informações complementares. Insatisfeito a solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, alegando que resposta ao questionamento precisa ser objetiva.
3. Instado a se manifestar o ente encaminhou as mesmas informações prestadas em recurso. Cientificado o solicitante reiterou os questionamentos.
4. Cabe salientar que a Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Pública da Controladoria Geral do Estado, acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União, onde assevera que "*a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato*". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorridos: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

5. Considerando que o ente prestou as informações que dispunha no momento, mesmo não sendo um pedido inerente à lei de acesso à informação, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11 da mesma Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 23 de março de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público